

## A teoria pessoana das Ideias: *O Marinheiro*

Pedro Tiago Ferreira

### Resumo

Este ensaio é uma análise introdutória àquilo que designamos por “teoria pessoana das Ideias”; queremos, com esta expressão, referir-nos à teoria das Ideias, no sentido platónico do termo, que é defendida por Fernando Pessoa em certos passos da sua obra, e que, seguramente de forma não-casual, é uma teoria elaborada, entre outras coisas, com o intuito de refutar Platão.

Na medida em que o presente estudo é apenas uma introdução a este tema, a análise aqui oferecida incide somente sobre *O Marinheiro*. A principal razão pela qual elegemos este texto, em detrimento de outros, prende-se com o facto de *O Marinheiro* ser o único texto pessoano completo e publicado em vida do autor cujo tema principal é a teoria das Ideias. Isto significa que, apesar de haver outros textos pessoanos, tanto acabados como incompletos, éditos e inéditos (em vida do autor), que têm implicações importantes para a formulação da teoria pessoana das Ideias, estes textos não foram, ao contrário do que acontece com *O Marinheiro*, escritos com o intuito específico de desenvolver uma teoria das Ideias que demonstre os equívocos de Platão e forneça uma alternativa. Por este motivo, cremos que é preferível começar por analisar *O Marinheiro* ignorando, por ora, o resto da obra pessoana.

Este ensaio visa, por conseguinte, esboçar a alternativa pessoana à teoria platónica das Ideias, alternativa essa que, quanto a nós, se pode resumir à seguinte concepção de Literatura: a possibilidade de, através de textos reduzidos a escrito, partilhar realidades concebidas pelo pensamento de alguém, independentemente de esse pensamento incidir sobre realidades que têm um correspondente físico ou sobre realidades que não têm qualquer correspondente material. O ponto fundamental a reter é o de que, para Pessoa, as Ideias são fruto do pensamento das pessoas, e não realidades incorpóreas existentes algures no éter e inacessíveis aos sentidos humanos.

**Palavras-chave:** O Marinheiro; Platão; teoria das Ideias; teoria do sonho; realidade.

**Abstract**

This essay is an introductory analysis of what I would like to label as “Pessoan theory of Ideas”. This expression is an allusion to Plato’s theory of Ideas, and designates Fernando Pessoa’s attempt at refuting Plato by elaborating his own theory of Ideas.

As this text is an introductory analysis of this theme, it will only concern itself with *O Marinheiro*. The reason why I think there is every advantage in analysing *O Marinheiro* as a stand-alone piece, that is, independently of the rest of Pessoa’s literary corpus, has to do with the fact that *O Marinheiro* is the only text purposely written to tackle the theory of Ideas which has been completed and published during Pessoa’s lifetime. There are many other texts, both complete and incomplete, published and unpublished (during Pessoa’s lifetime), which have important implications for the Pessoan theory of Ideas; nevertheless, due to the fact that these texts have not been written with the main purpose of developing Pessoa’s theory of Ideas, I think that an introductory analysis must not consider them, although their importance is fundamental for the full understanding of the subject. This, however, is not my aim here.

What I purport to do in this essay is to sketch Pessoa’s alternative to Plato’s theory of Ideas, which can be summed up in the following conception of Literature: the possibility of sharing realities conceived by someone’s mind through written texts, regardless of the thoughts produced by that mind being about corporeal or incorporeal realities. The point is that, for Pessoa, the Ideas are the result of people’s thoughts, and not ethereal incorporeal realities which are inaccessible to the senses.

**Keywords:** O Marinheiro; Plato; theory of Ideas; theory of the dream; reality.

## A teoria pessoana das Ideias: *O Marinheiro*<sup>70</sup>

Pedro Tiago Ferreira

Este ensaio é uma análise introdutória àquilo que designamos por “teoria pessoana das Ideias”; queremos, com esta expressão, referir-nos à teoria das Ideias, no sentido platónico do termo, que é defendida por Fernando Pessoa em certos passos da sua obra, e que, seguramente de forma não-casual, é uma teoria elaborada, entre outras coisas, com o intuito de refutar Platão.

Na medida em que o presente estudo é apenas uma introdução a este tema, a análise aqui oferecida incide somente sobre *O Marinheiro*. Antes, contudo, de procedermos ao exame da questão, e de nos debruçarmos sobre *O Marinheiro*, é necessário explicar, de forma sucinta, tanto o motivo pelo qual escolhemos este texto como as razões que, no nosso entender, levam a que certos outros textos da autoria de Pessoa, heterónima ou ortónima, que, *prima facie*, contrariam a teoria exposta em *O Marinheiro*, não sejam, na realidade, contradições internas da obra pessoana.

Começando por este último ponto, é recorrente, nos estudos pessoanos, a ideia segundo a qual Pessoa é um autor que se contradiz em passos diferentes da sua obra. Eduardo Lourenço ilustra bem este sentimento generalizado (ainda que não unânime) da crítica pessoana ao referir, a propósito de uma discussão acerca da modernidade e do poeta moderno, que

em Pessoa, a extensão do desastre atingiu a raiz do projecto poético, impedindo-o, no sentido comum do termo, de ser *um* poeta. O seu fracasso clamoroso – e sem exemplo – consistiu em se converter, por impotência, ao mesmo tempo ocultada e transcendida, *em vários poetas* responsáveis por visões do mundo à primeira vista divergentes, suscitadoras de formas igualmente distintas. (Lourenço, 2000: 24-5)

Pessoa é, “à primeira vista”, contraditório porque escrevia utilizando nomes de “vários poetas” que, nos seus escritos, denotam ter personalidades próprias e, em resultado disso, transmitem ideias diferentes. Com efeito, um olhar rápido sobre a obra pessoana leva invariavelmente à conclusão de que a contradição é uma situação comum na obra de Pessoa, explicável precisamente pela constatação de que o autor usa heterónimos na construção da sua

---

<sup>70</sup> Agradecemos ao Doutor Pedro Sepúlveda e ao Mestre Pedro Nascimento os comentários efectuados a versões anteriores deste trabalho.

obra. Segundo o próprio Pessoa, a obra “heterónyma é do auctor fóra da sua pessoa, é de uma individualidade completa fabricada por êlle”, e, por isso, as individualidades dos heterónimos, nomeadamente os designados por “trez nomes de gente – Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Alvaro de Campos” “devem ser consideradas como distintas da do auctor dellas. Forma cada uma uma espécie de drama; e todas ellas juntas formam outro drama” (Pessoa, 1928: 10). Parte integrante deste “drama em gente” é a exposição de argumentos contraditórios sobre os mais variados assuntos.

No entanto, um olhar mais atento e demorado sobre a obra de Pessoa produz uma conclusão exactamente oposta à mencionada *supra*, a saber, a de que não fazia parte dos planos de Pessoa que a contradição fosse uma característica da sua obra. É indesmentível que há textos pessoanos que se contrariam mutuamente; parece-nos, contudo, notório que as contradições existem somente porque a obra pessoana é uma obra inacabada. Como é sabido, os autores avançam ideias contraditórias durante o processo de construção de uma obra literária, tanto quando se entenda por “obra literária” um texto em particular (e.g. um livro) como quando se pretenda designar pela expressão o conjunto dos escritos de um autor, independentemente de os mesmos terem a forma de “livro”, “panfleto”, “artigo” ou “carta”, por exemplo. Dito por outras palavras, o processo de elaboração de uma obra literária assenta na formulação de contradições. Estas contradições podem, por um lado, ser circunstanciais, como acontece, por exemplo, quando um autor expõe determinada ideia utilizando, em passos distintos da obra, expressões linguísticas obscuras; quando tal acontece, estas expressões poderão dar a entender que o autor tem, sob determinado assunto, pontos de vista incompatíveis entre si, ainda que tal não corresponda à realidade. Por outro lado, as contradições podem resultar do facto de o próprio autor não ter decidido, no momento em que escreve, qual a posição a adoptar perante determinado tema. Isto pode levar a que, em trechos distintos da obra, o autor formule ideias que, entre si, são contraditórias, não na forma de expressão mas sim na substância. Parte do processo de elaboração de uma obra literária consiste em eliminar estas duas espécies de contradições, que, por conseguinte, apenas chegarão ao conhecimento do público leitor se, como sucede no caso Pessoa, a obra ficar incompleta.

Naturalmente, os autores não estão impedidos de ser propositadamente contraditórios, o que pode suceder tanto quando um autor, *ab initio*, constrói a sua obra utilizando argumentos e ideias conflituantes e incompatíveis entre si, como quando, em escritos posteriores, chega à conclusão de que os argumentos por si defendidos anteriormente são imprestáveis e, por isso,

devem ser retractados. Em abstracto, todas estas possibilidades existem. A nossa posição é somente a de que o caso Pessoa é o de uma obra contraditória por se encontrar inacabada, e não o de uma obra *intencionalmente* contraditória por o seu autor assim o desejar desde o início. É admissível que se defenda a existência de contradições que surgem em virtude de Pessoa por vezes mudar de ideias ao longo do tempo; no entanto, o facto de isto acontecer não leva, sem mais, à conclusão de que Pessoa usava o “jogo de máscaras” e o “drama em gente” tecidos pela heteronímia com a intenção de se poder contradizer “livremente”, i.e., provocando a ilusão de que pessoas diferentes escreveram textos diferentes. Conforme defende Pedro Sepúlveda, o que une todas as obras pessoanas

é a projecção no futuro de um todo que corresponde em Pessoa a uma ideia de livro, assim como, no seu conjunto, de uma colecção ou série de livros. Existem obras mais ou menos ordenadas, acompanhadas por projectos e planos editoriais mais ou menos precisos, de marcas de um processo de escrita não terminado mais ou menos evidentes, mas a sua falta de correspondência em relação a uma ideia de todo que se veria concretizada no livro é o traço que determina todas elas. Não existe em Pessoa uma poética do fragmento e é necessário pois entender como esta “grande obra fragmentária da literatura portuguesa”, que tem na “sua irredutível fragmentariedade” uma “marca constante e absoluta” (Martins 2003: 157) é uma realidade da escrita que nos foi legada pelo espólio do poeta, relacionável, no entanto, com uma estética que persegue um ideal de totalidade orgânica. (Sepúlveda, 2013: 283-4)

Precisamente porque Pessoa sempre perseguiu “um ideal de totalidade orgânica” concretizável numa “ideia de livro” que se pode retirar dos seus “planos e projectos editoriais mais ou menos precisos” parece-nos pouco plausível que se advogue que a contradição surge em resultado de qualquer desígnio do autor. É mais provável, isso sim, que, tal como sucede com a fragmentariedade, a contradição seja simplesmente um produto da “realidade da escrita que nos foi legada pelo espólio” de Pessoa. Por estas razões, formulações da teoria pessoana das Ideias encontradas, a título de exemplo, nos escritos de índole metafísica atribuídos a Alberto Caeiro, Ricardo Reis ou Bernardo Soares que contrariam, à primeira vista, os argumentos apresentados em *O Marinheiro* devem ser vistas não como manifestação de uma intenção contraditória por parte de Pessoa mas sim como a exposição, através da poesia ou da prosa poética, de um sistema filosófico em que, através da dialéctica que surge a partir do confronto entre os distintos pontos de vista dos heterónimos, Pessoa desenvolve a sua teoria das Ideias. Em síntese, não há, por conseguinte, contradição; passagens da obra pessoana aparentemente contraditórias são, na verdade, tal como resulta do acima exposto, uma mistura de duas coisas, a saber: 1) Resultado da

incompletude da obra. 2) Exposição de pontos de vista divergentes com o intuito de, através da dialéctica assim estabelecida, fornecer uma teoria pessoana das Ideias.

O motivo pelo qual escolhemos *O Marinheiro* para empreender esta análise prende-se com o facto de este texto ser o único escrito publicado em vida de Pessoa onde o autor aborda, de forma completa e coerente, a temática das Ideias. Outros textos publicados postumamente como, por exemplo, o *Livro do Desassossego*, o “livro de Caeiro” (i.e. o conjunto formado pelo *Guardador de Rebanhos*, o *Pastor Amoroso* e os *Poemas Inconjuntos*) e a maioria da poesia de Reis são textos que vão muito para além da temática das Ideias; os argumentos apresentados nestes escritos têm implicações importantes para a teoria pessoana das Ideias, mas, com efeito, pretendem igualmente analisar muitos outros tópicos de índole metafísica, em particular, e filosófica, em geral. *O Marinheiro* é, por conseguinte, o único texto acabado e publicado em vida de Pessoa que tem em vista refutar a teoria platónica das Ideias e propor alternativas à mesma. Na medida em que o presente trabalho é apenas uma introdução a esta questão, parece-nos ser preferível fazer uma análise onde se discuta somente o que é efectivamente dito neste texto. Por isso, não faremos quaisquer comparações com outros textos que corroborem ou “contradigam”, nos termos acima explicitados, a teoria pessoana das Ideias esboçada em *O Marinheiro*.

É nossa contenção que, em *O Marinheiro*, Pessoa entra em diálogo com Platão, discutindo nomeadamente alguns dos argumentos presentes nos diálogos *Fédon* e *República* que têm em vista estabelecer de que maneira é possível conhecer a verdade. Note-se que a teoria das Ideias, ou das Formas, não é desenvolvida, por Platão, somente nestes diálogos. Contudo, parece-nos que Pessoa terá entendido que os argumentos apresentados em diálogos como, por exemplo, *Parménides*, *Crátilo*, *Ménon* ou *Teeteto*, entre outros, por mostrarem o *desenvolvimento* da teoria das Ideias, e não a sua exposição completa e acabada, não deveriam ser abordados, sendo preferível, na óptica de Pessoa, disputar os argumentos na sua versão solidificada. Isto é perfeitamente plausível porque, com efeito, em *Parménides*, Sócrates é um jovem filósofo (cf. *Parménides* 127c) que vê a sua formulação inicial da teoria das Ideias, que consiste em defender que as Formas são como padrões estabelecidos na natureza, sendo que todas as outras coisas participam delas por se lhes assemelharem (cf. *Parménides* 132d), ser exemplarmente refutada por Parménides (cf. *Parménides* 132d – 135b). Quanto aos diálogos *Crátilo*, *Ménon* e *Teeteto*, aqui, como em outros diálogos, a teoria das Ideias parece, de facto, ser o fio condutor dos argumentos oferecidos, estando sempre, pelo menos subliminarmente, presente. No entanto, apenas esporadicamente as personagens destes diálogos abordam explicitamente a temática das Formas, o que dá a sensação

de que os argumentos oferecidos nestes diálogos, que têm como temas principais, respectivamente, a correcção dos nomes das coisas, a possibilidade da aprendizagem e a natureza do conhecimento, cumprem a função de estabelecer os passos argumentativos necessários para a exposição completa da teoria das Ideias, que é efectuada no Livro VII de *República* (alegoria da caverna) e no *Fédon*.

A teoria platónica das Ideias, na sua versão consolidada, consiste no seguinte: Sócrates argumenta que existem certas realidades, que são incorpóreas, como, por exemplo, o Justo em si mesmo, o Belo em si mesmo, ou o Bom em si mesmo, que são parte de uma lista infundável de coisas incorpóreas em si mesmas (cf. e.g. *Fédon* 65d-e, 76d-e, 78d-e) às quais Fedón, primeiro, e Sócrates, posteriormente, se referem como “Formas” (*εἰδῶν*, εἶδη [declinadas]; εἶδος [sem declinação]) (cf. *Fédon* 102b e 104c respectivamente). Estas Formas, por serem realidades em si mesmas, correspondem à verdade. No entanto, não são apreensíveis através dos sentidos (cf. *Fédon* 65d-e), mas somente através do pensamento (cf. *Fédon* 66a). Na medida em que o corpo investiga com os sentidos, ao passo que a alma o faz com o pensamento, só a alma, e não o corpo, tem capacidade para conhecer a verdade. Platão lança, assim, as bases do dualismo cartesiano dando a entender que há uma vida do corpo e outra da alma, reconhecendo, no entanto, que não é possível, durante a vida do ser humano, haver uma separação total entre ambos. A consequência disto é a de que é impossível para a alma investigar adequadamente a verdade, atingindo o conhecimento proporcionado pelo contacto imediato com as Formas, devido precisamente ao facto de estar fundida com o corpo (cf. *Fédon* 66a-67a). A morte seria a solução para este problema, visto que, ao deixar de estar ligada ao corpo, a alma poderia apreender as Formas directamente, i.e. sem ser influenciada pelos sentidos do corpo, alcançando, assim, a verdade.

Ao passo que o *Fédon* é um diálogo dedicado quer à postulação da existência de Ideias, quer à defesa da possibilidade de acesso às mesmas após a morte, no Livro VII de *República* a teoria das Ideias é aplicada com dois propósitos bem distintos: 1) Justificar os motivos pelos quais a *Politeia* (πολιτεία) deve ser governada por filósofos. 2) Explicar as razões que levam os seres humanos a fazer invariavelmente declarações falsas, independentemente de a sua intenção ser mentir ou dizer a verdade. Para os propósitos deste trabalho, apenas o segundo ponto é relevante. A sua explicação, em bom rigor, não é mais do que um desenvolvimento aprofundado, bem como de uma aplicação prática, de um dos argumentos apresentados no *Fédon*, a saber, o de que, em virtude de a alma e o corpo estarem, durante a vida do ser humano, fundidos, os

sentidos distorcem a apreensão das Ideias, razão pela qual as coisas em si mesmas são ininteligíveis e inapreensíveis. A alegoria demonstra, de uma maneira muito clara, que o ser humano julga que a verdade corresponde ao que os seus sentidos apreendem e transmitem ao seu pensamento. Na medida em que os sentidos apreendem uma realidade distorcida, o pensamento não terá acesso à verdade. Assim, proposições que, do ponto de vista do emissor, tenham um valor de verdade positivo serão, sem embargo, objectivamente falsas na medida em que o seu conteúdo não corresponderá à verdade.

Quanto ao argumento filosófico de *O Marinheiro*, este reside no seguinte: se uma pessoa, como acontece com o marinheiro que é personagem do conto da Segunda Veladora, imaginar um passado com um elevado grau de detalhe, esse passado passa, paulatinamente, a ser, para o próprio, a sua realidade. Note-se que, antes do começo deste conto, a Segunda Veladora começa a preparar o terreno para esta conclusão ao interrogar-se se “fômos nós alguma cousa?” (Pessoa, 1915: 29), secundada, pouco depois, pela Primeira Veladora, que assevera que “[o] passado não é senão um sonho... De resto, nem sei o que não é sonho” (Pessoa, 1915: 30). Ora, se tudo for sonho, então a realidade também é sonho. Na medida em que os sonhos são, segundo o argumento, a única forma de pensamento, e em que só existem pensamentos na mente de pessoas humanas, a realidade só existe na mente de cada pessoa, sendo, por conseguinte, totalmente endógena e subjectiva. Esta ideia é claramente revelada quando a Segunda Veladora conta que o marinheiro

[q]uiz então recordar a sua patria verdadeira..., mas viu que não se lembrava de nada, que ella não existia para elle. (...) Toda a sua vida tinha sido a sua vida que sonhara... E elle viu que não podia ser que outra vida tivesse existido. (...) E da vida que lhe parecia ter sonhado, tudo era real e tinha sido. (Pessoa, 1915: 35)

Para o marinheiro, por conseguinte, as suas ideias, os seus sonhos, são a sua realidade. Platão é refutado porque as Formas, segundo este prisma, não existem, ou seja, não há realidades incorpóreas em si mesmas cuja existência seja independente do pensamento humano. Todas as realidades incorpóreas que, eventualmente, existam são criadas por cada indivíduo através do seu raciocínio, e, por isso, apenas esse mesmo indivíduo lhes consegue aceder directamente. A teoria platónica das Ideias defende que há coisas incorpóreas em si mesmas que o pensamento (i.e. a alma separada do corpo) apenas *descobre*, mas não cria. A teoria do sonho da Segunda Veladora



apoia-se no argumento de que todas as ideias, sonhos ou pensamentos são *criados*, e não descobertos, pelo raciocínio humano, como, de resto, Teresa Rita Lopes constata ao afirmar que,

[d]ans *O Marinheiro*, le rêve ne se limite pas à une attitude passive: il est actif, créateur. C'est par son pouvoir de créer la réalité, comme le Verbe divin, que nous assistons à une sorte de théâtre dans le théâtre: les trois Veilleuses essayent de créer devant nous, mot à mot, solidaires dans leur rêve, le personnage qui donne le nom à la pièce et qu'elles finissent par croire plus réel qu'elles-mêmes. (Lopes, 1985: 189-90)

A tese de Lopes debruça-se, em geral, sobre o teatro simbolista e, no passo em concreto por nós citado, sobre o papel do sonho nesse mesmo teatro, e não sobre a temática das Ideias. Apesar desta diferença de perspectivas, partilhamos o entendimento de Lopes segundo o qual o sonho é “activo”, “criador”; o sonho, contudo, tem de ser sonhado por alguém:

Mais ce n'est seulement le Marin qui est le produit d'un rêve: les Veilleuses se demandent si elles aussi ne seraient pas seulement le rêve de quelqu'un d'absent, peut-être même du Marin. (Lopes, 1985: 190)

A partir destas considerações, constata-se que o sonho é, por um lado, criado por alguém na medida em que é manifestação do pensamento de uma pessoa e, por outro lado, é igualmente criador de realidade. É de notar que a perspectiva que adoptamos não é incompatível com a de Lopes, ou seja, é perfeitamente possível ler *O Marinheiro* tanto com o intuito de o integrar e interpretar à luz da história do teatro simbolista como para chamar a atenção para o facto de que este texto é simultaneamente uma refutação da teoria platónica das Ideias e o esboço da teoria pessoana das Ideias. No entanto, apesar de *O Marinheiro* poder ser lido à luz de pelo menos estas duas concepções sem que se tenha, obrigatoriamente, de optar por uma delas em detrimento da outra, é de facto possível que, de duas perspectivas diferentes mas compatíveis entre si, se possam retirar conclusões distintas e incompatíveis, como, de resto, acontece neste caso em particular. Com efeito, para Lopes, o facto de o sonho ter “poder para criar a realidade” ao ponto de levar as Veladoras a interrogarem-se se o marinheiro, produto de um sonho, não será mais real do que elas, visto que também elas, por sua vez, poderão ser o produto de um sonho de outrem, é importante porque permite encarar o “teatro dentro do teatro” como um “jogo de espelhos que se multiplica até ao infinito”:

on peut dire qu'il s'agit plutôt d'un «rêve dans le rêve» dans la mesure où nous assistons à la création d'un rêve, le Marin, par des personnages qui sont, à leur tour, créés par un autre rêve. Et ce jeu de reflets se poursuit puisque le Marin crée à son tour, par le rêve, son pays natal.

Assim, o “sonho dentro do sonho”, a criação, através do sonho, de uma pátria, efectuada por uma personagem, o marinheiro, que é, por sua vez, produto do sonho de outras personagens, as Veladoras, que, por seu turno, suspeitam ser criadas pelo sonho de outrem, equivale, segundo Lopes, à concepção do universo como sendo o sonho de um deus. Apesar de tal concepção não ser original, segundo a autora,

la façon dont Pessoa a utilisé ce thème, en lui donnant une qualité dramatique, nous semble l'être. Il s'en est servi non seulement pour mettre à nu la nature fictive de cet univers qu'il bâtit devant nos yeux – en rendant ainsi plus frappant son éloignement –, mais pour créer aussi chez les personnages un doute qui ne cesse de les tirailler tout au long du poème (et qui, lui aussi, est un élément dramatique): Peut-être sont-ils en train de rêver, et ils font des efforts désespérés pour se réveiller. (Lopes, 1985: 191)

Lopes chega, assim, à conclusão de que Pessoa usa a concepção do universo como sendo o sonho de um deus para “colocar a nu a natureza fictícia do universo que ele [Pessoa] constrói perante os nossos olhos” e para incutir nas próprias personagens do drama, as Veladoras, a sensação de que elas estão a sonhar, o que as leva a fazer, ao longo do texto, “esforços desesperados para acordarem”. Esta linha de raciocínio, apoiada em outros argumentos pensados para caracterizar o teatro simbolista, como, por exemplo, as análises efectuadas à obscuridade, ao afastamento das personagens e da acção, bem como ao silêncio e progressão desta, leva a duas conclusões interligadas entre si, a saber: 1) Em *O Marinheiro*, nada acontece. 2) Nada existe a não ser através do poder do discurso criador, segundo o pensamento de Pessoa. Atente-se nas palavras que Lopes usa para formular estas ideias:

*O Marinheiro* ne s'appuie sur aucun événement réel. Le «il ne se passe, en fin de comptes, rien», de Mallarmé, s'applique bien à cette pièce. (Lopes, 1985: 232)

Rien n'existe, en effet, dans la pensée de l'auteur de *O Marinheiro* si ce n'est par le pouvoir de la parole créatrice. (Lopes, 1985: 236)

Não disputamos o poder e importância daquilo que Lopes denomina por “discurso criador” e que nós próprios, neste texto, designamos por “pensamento” na construção da realidade. Disputamos, isso sim, tanto a conclusão de que em *O Marinheiro* nada acontece como a

conclusão segundo a qual, para Pessoa, nada existe sem ser através do discurso criador. É preciso, para além disso, realçar que, segundo Lopes, aquilo que é criado através do discurso é ficção:

... la conception de l'univers en tant que rêve d'un dieu (...) s'en est servi (...) pour mettre à nu la nature fictive de cet univers qu'il [Pessoa] bâtit devant nos yeux. (Lopes, 1985: 191)

Antecipando as conclusões a que pretendemos chegar, de forma a contrastá-las, desde já, com o pensamento de Lopes, é nossa contenção que a teoria pessoana das Ideias pretende defender que a diferença entre aquilo a que tradicionalmente se chama “ficção” e aquilo a que tradicionalmente se chama “realidade” é de grau, e não de espécie. Isto significa que tanto realidades físicas como cognitivas existem, e, por conseguinte, o termo “ficção” é apenas uma designação convencional e arbitrária para uma realidade que se distingue pelo facto de ter uma existência meramente cognitiva. Desta forma, a realidade não depende *somente* do pensamento para existir. Coisas corpóreas existem independentemente de se pensar nelas ou não. O pensamento é, isso sim, condição necessária da existência de realidades meramente cognitivas, i.e. realidades que não existem fisicamente mas apenas mentalmente, como, e.g. a pátria do marinheiro. Por conseguinte, a atribuição, por parte de Lopes, a Pessoa da noção segundo a qual “nada existe a não ser através do poder do discurso criador” não é totalmente correcta, visto que esta ideia, no quadro do pensamento pessoano, é aplicável somente à realidade meramente cognitiva, e não a toda a realidade. De forma a justificarmos estas conclusões antecipadas, passamos, seguidamente, à análise da teoria pessoana das Ideias presente em *O Marinheiro*.

Conforme arguimos *supra*, todas as ideias, sonhos ou pensamentos são *criados*, e não descobertos, pelo raciocínio humano. Por estas razões, não há, segundo a teoria do sonho, realidade objectiva, ou em si mesma, porque a realidade não pode, neste esquema, ser partilhada. Dito por outras palavras, precisamente pelo facto de cada indivíduo ser produtor de uma realidade cujas características são contingências do seu pensamento, divergindo, por esta razão, da realidade produzida por outros indivíduos, não há uma base comum de entendimento, ou seja, nada pode ser partilhado. Platão diria que o que distingue, precisamente, realidade de imaginação é o facto de a primeira só ser acessível imediatamente, i.e. sem a intermediação quer de asserções produzidas por terceiros, quer dos sentidos que confundem a alma, o que torna possível a um grupo de pessoas ou, no esquema de pensamento de Platão, de almas, terem acesso comum às características objectivas inerentes à realidade sem necessidade de terem de confiar tanto naquilo

que lhes é dito por outrem como no que lhes é transmitido pelos sentidos. Segundo a teoria do sonho, a realidade não pode, pura e simplesmente, ser partilhada porque é criada por cada indivíduo, não havendo uma base comum de entendimento que permita que todos os seres humanos tomem conhecimento partilhado das características objectivas da realidade.

A teoria do sonho, na medida em que argui que a realidade é somente aquilo que é produzido pelo pensamento, é antagónica em relação à teoria platónica das Ideias na medida em que, se o indivíduo falecer, o seu cérebro deixa de produzir pensamento/realidade. Assim, após a morte, a alma não descobre a verdade devido ao facto de não haver qualquer verdade para ser descoberta. A verdade, segundo a teoria do sonho, é construída pelo pensamento de cada indivíduo; após a sua morte, deixa de existir verdade/realidade/pensamento.

Contudo, tanto a teoria platónica das Ideias como a teoria do sonho da Segunda Veladora enfrentam dificuldades: a primeira não é susceptível de comprovação, dado que a condição necessária da sua demonstração é a morte. Como se poderá constatar trivialmente, após a morte deixa de ser possível transmitir, aos vivos, se existe, ou não, uma realidade objectiva totalmente acessível à alma despojada do corpo. Assim, apesar de esta teoria de Platão ser logicamente inatacável, assenta numa premissa cuja veracidade não pode, pura e simplesmente, ser verificada. Não há, por isso, quaisquer razões para se aceitar a premissa, apesar de, a ser aceite, as conclusões que Platão daí retira serem logicamente válidas.

Quanto à teoria do sonho, o próprio Pessoa chama a atenção para a dificuldade que, no nosso entender, refuta esta teoria, e que se prende com a constatação óbvia de que as pessoas, em condições normais, podem comunicar umas com as outras e, através dessa comunicação, criar uma plataforma comum de entendimento que leve ao apuramento da verdade e ao conhecimento da realidade. Pessoa levanta, de facto, esta objecção à teoria do sonho ao utilizar a forma de diálogo na estruturação de *O Marinheiro*, acabando por produzir um efeito constrangedor: a conclusão filosófica que se pode extrair a partir do conto da Segunda Veladora, que, tal como acima analisado, é a de que a realidade é algo totalmente endógeno a cada ser humano, visto ser produto exclusivo do seu pensamento, é automaticamente negada pelo facto de sermos instantaneamente lembrados de que existem outras pessoas à nossa volta. Isto significa que Pessoa, ao elaborar *O Marinheiro* sob a forma de diálogo, é intencionalmente ambíguo. Com efeito, ao utilizar a forma de diálogo para estruturar este escrito, Pessoa parece dar a entender que, no fundo, saber o que é real e o que é fictício (imaginado, distorcido, etc.) é uma questão que não pode ser resolvida. Ao refutar Platão através de um diálogo Pessoa acaba, em última

instância, por refutar igualmente a teoria do sonho por si desenvolvida em *O Marinheiro*. Dito por outras palavras, o conto da Segunda Veladora constitui uma tentativa de demonstrar que a teoria das Ideias de Platão é uma teoria falsa; no entanto, o facto de tal ser feito através de um diálogo parece, por seu turno, ser uma outra tentativa, por parte de Pessoa, de demonstrar que a alternativa que o conto da Segunda Veladora apresenta como hipótese de explicação do que é a realidade, em detrimento da teoria das Ideias, é igualmente falsa. A forma de diálogo relembra-nos que cada indivíduo pode, através do diálogo, que permite a partilha de constatações empíricas, criar uma base comum de entendimento com outros indivíduos, sendo que o diálogo influencia, por sua vez, a forma como cada um desses indivíduos constrói, por sua vez, a sua realidade endógena. Assim, em *O Marinheiro*, faz parte de uma base comum, e, portanto, da realidade, o facto de que três senhoras estão a velar um cadáver. Mesmo que o passado seja um sonho, e que “[a]s minhas palavras presentes, mal eu as digo, pertencerão logo ao passado”, o facto é que todas estas ideias, ou realidades endógenas, são partilháveis. Existe, portanto, uma certa circularidade neste processo: as ideias criadas por cada indivíduo são partilhadas com outros indivíduos através do diálogo, diálogo esse que, por seu turno, faz surgir novas ideias na mente de cada indivíduo. Naturalmente, Platão continua refutado, visto que, mesmo nesta situação de realidade partilhada, continua a não haver realidades objectivas, i.e. independentes do pensamento de cada um. No entanto, a lição que o conto da Segunda Veladora parece querer transmitir, a de que *tudo* (a realidade) é um sonho, o que implica que a realidade esteja dentro da cabeça de cada um, é imediatamente afastada porque o próprio Pessoa relembra-nos, através do uso da forma de diálogo na estruturação desta obra, que aquilo que cada indivíduo produz na sua cabeça é passível de socialização, excepto em casos como os do marinheiro que, por se encontrar numa ilha deserta, não pode partilhar com ninguém a realidade produzida pela sua imaginação. Este é, contudo, um caso excepcional, visto que a partilha das ideias do marinheiro só se torna impossível devido ao facto de não haver, à sua volta, outras pessoas com quem partilhá-las. Deste modo, o conto da Segunda Veladora não consegue, de forma satisfatória, estabelecer que *somente* o pensamento de cada indivíduo é a realidade. A impossibilidade de socialização, ou partilha, da realidade engendrada na cabeça do marinheiro só surge dada a contingência de este se encontrar acidentalmente isolado. Se o marinheiro tivesse naufragado com outras pessoas, e se, por conseguinte, pudesse dialogar, a pátria por si imaginada poderia, sem dificuldade, tornar-se igualmente na pátria dos outros náufragos, sendo, para além disso, mais do que provável que a

interacção das ideias de pessoas diferentes criasse, na mente do marinheiro, uma pátria com características diferentes daquela produzida exclusivamente pela sua imaginação.

Assim, Pessoa parece querer dar a entender, através do uso da forma de diálogo, que nem a teoria platónica das Ideias nem a teoria do sonho da Segunda Veladora explicam, adequadamente, o que é a realidade. Referimos, acima, que, possivelmente, isto indica que Pessoa talvez pensasse que distinguir com exactidão entre realidade e ficção é impossível. Com efeito, os argumentos examinados ao longo deste ensaio demonstram que, segundo a teoria do sonho, tudo é criado pelo pensamento. O uso da forma de diálogo refuta a teoria do sonho na parte em que a mesma propõe que a realidade é um produto *exclusivo* da cabeça do indivíduo, mas não afasta a constatação óbvia de que parte da construção da realidade é da responsabilidade do pensamento de cada um. A teoria do sonho erra ao assumir que *só* o que o indivíduo sonha existe, mas acerta ao indicar que o pensamento é *conditio sine qua non* da existência de uma realidade. Esta forma de ler *O Marinheiro* é compatível com a estruturação da obra em diálogo, visto que, no fundo, nada mais é do que constatar que os sonhos são partilháveis entre indivíduos, e que as ideias que nasçam dessa partilha podem, por sua vez, criar novos sonhos que modifiquem a realidade criada pelos sonhos precedentes. Trata-se, contudo, de uma posição filosoficamente insatisfatória na medida em que oblitera os critérios tradicionalmente usados para distinguir realidade de ficção sem, todavia, oferecer uma hipótese alternativa. Esses critérios de distinção prendem-se, de forma geral, com a ideia segundo a qual a realidade existe independentemente da experiência ou do pensamento. Neste sentido, a asserção de que “a água ferve a cem graus mesmo que ninguém o verifique ou pense acerca do assunto” ilustra a ideia segundo a qual há realidades objectivas, partilháveis e que não dependem, para existir, de ser pensadas por alguém. Posições como esta são tributárias do pensamento de Platão, visto que, apesar de não dependerem da veracidade da teoria das Ideias, assumem, tal como Platão assume ao elaborar a sua teoria, que a verdade, ou a realidade, é algo que existe em si mesmo independentemente de ser, ou não, verificável quer através da experiência, quer através do pensamento.

Sem embargo de esta ser uma leitura plausível daquilo que Pessoa pretende transmitir em *O Marinheiro*, não nos parece, contudo, ser uma leitura correcta, visto que, no nosso entender, Pessoa não elimina os critérios de distinção entre realidade e ficção com o intuito de estabelecer que nada as distingue, ou que, pelo menos, nenhum dos critérios (platónicos) apontados até então é satisfatório no estabelecimento da distinção. Na verdade, estamos em crer que Pessoa pretende transmitir, em *O Marinheiro*, que existem dois níveis distintos de realidade, um material e outro imaterial, sendo que o

segundo, por convenção e tradição, é habitualmente designado pelo termo “ficção”. Note-se que, de acordo com o entendimento tradicional, a diferença entre “realidade” e “ficção” é de espécie, i.e. estamos perante duas coisas distintas. Segundo a teoria pessoana das Ideias presente em *O Marinheiro*, a diferença é de grau, não de espécie. Isto significa que, no fundo, tudo é realidade, porque tudo é partilhável e tem características objectivas que podem ser reconhecidas por todos os indivíduos. O que acontece é que há uma realidade material, ou física, e uma realidade imaterial, ou psicológica. Três senhoras a velar um cadáver é um exemplo de uma ocorrência de uma realidade material, tal como o é o facto de a água ferver porque, em determinado momento, a temperatura é de cem graus. Pensar numa pátria que não existe materialmente é um exemplo de uma ocorrência de uma realidade imaterial, tal como o é pensar que, a uma temperatura de cem graus, a água ferve. Dito por outras palavras, a lição que *O Marinheiro*, lido na sua globalidade, levando em linha de conta a teoria do sonho refutada pela estrutura da obra, pretende transmitir é a seguinte: *a realidade é composta por matéria e por pensamento*. O pensamento pode versar sobre matéria que tem uma correspondência física no mundo das coisas ou sobre matéria que não tem essa mesma correspondência. É tão real o facto físico, ou material, de que o sistema solar é composto por uma estrela e um determinado número de planetas como os pensamentos dos especialistas na matéria que levam aos critérios de definição do que é um planeta. Por seu turno, a ideia segundo a qual um sistema solar tem, por hipótese, mil planetas, é igualmente real, ainda que não exista um correspondente físico, ou material, desta ideia. No fundo, a teoria pessoana das Ideias parece resumir-se à seguinte concepção de Literatura: a possibilidade de, através de textos reduzidos a escrito, partilhar realidades concebidas pelo pensamento de alguém, independentemente de esse pensamento incidir sobre realidades que têm um correspondente físico ou sobre realidades que não têm qualquer correspondente material. A pátria do marinheiro é tão real para ele como para todos os que tiverem a oportunidade de ler *O Marinheiro*. É uma realidade tão objectiva quanto o número de planetas que compõem o sistema solar. Há uma diferença de grau porque estas realidades têm fontes diferentes: a realidade física pode ter como fonte as leis na natureza, ou certos actos físicos do ser humano – i.e. construção de uma cidade. A realidade imaterial tem como fonte o pensamento de um ser humano. Contudo, a forma de apreensão destas realidades é em tudo idêntica, dado que a realidade física é partilhável através dos sentidos e cognoscível através do pensamento, e a realidade imaterial também, visto que os pensamentos são transmitidos através da fala ou da escrita, e, por isso, ouvem-se ou lêem-se, e, obviamente, são igualmente cognoscíveis através do pensamento.

## Referências

LOPES, Teresa Rita (1985) *Fernando Pessoa et le drame symboliste: héritage et création*, 2ª ed., Paris, Gulbenkian.

LOURENÇO, Eduardo (2000) *Pessoa Revisitado*, 3ª ed., Lisboa, Gradiva.

PESSOA, Fernando (1915) *O Marinheiro*, in *Orpheu – Revista Trimestral de Literatura*, n.º 1: 27-39.

\_\_\_\_ (1928) “Tábua Bibliográfica”, *Presença*, n.º 17: 10.

SEPÚLVEDA, Pedro (2013) *Os livros de Fernando Pessoa*, Lisboa, Ática.